

AS LUTAS RECENTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS COM O RECORTE RACIAL NA UFPB

RECENT STRUGGLES FOR THE IMPLEMENTATION OF AFFIRMATIVE ACTION POLICIES WITH A RACIAL FOCUS AT UFPB

LUCHAS RECIENTES POR LA IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS DE ACCIÓN AFIRMATIVA CON ENFOQUE RACIAL EN LA UFPB

Ma. Daniele do Nascimento Leandro¹ <https://orcid.org/0000-0002-8379-308X>
Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira² <https://orcid.org/0000-0002-9755-2439>

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – João Pessoa, Paraíba, Brasil, CEP: 58050630, e-mail: daniele.leandro1@gmail.com

² Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, Paraíba, Brasil, CEP: 58051-591, e-mail: anarosfe@gmail.com

RESUMO

A educação sempre esteve presente como reivindicação da população negra como pauta sociopolítica para espaços educacionais formais e não formais. Desse modo, esta pesquisa teve como tema central a educação superior para a população negra na implementação das ações afirmativas com o recorte racial a partir da Lei de Cotas Raciais. Este estudo teve como objetivo analisar o processo de implementação das ações afirmativas com o recorte racial na Universidade Federal da Paraíba. Os caminhos investigativos transcorreram de forma qualitativa, dialética e exploratória com foco na delimitação entre as Políticas Educacionais e a Educação das Relações Étnico-Raciais. O Procedimento de análise foi o materialismo histórico-dialético. Elencamos a categoria dialética “possibilidade-realidade”, discutindo as contradições entre o discurso proclamado e o silenciado para as análises dos resultados. Portanto, no ato de resistência da população e do Movimento Negro no cenário nacional e na Paraíba, se intensifica o espírito de justiça para manter viva a memória, o legado e as conquistas das políticas públicas com recorte raciais. Desse modo, a reparação histórica e de direitos na área da educação para a população negra é relevante para a reconstrução e construção de uma história negra brasileira. Por isso, na Universidade Federal da Paraíba, a reivindicação é constante para que a garantia de acesso, permanência e conclusão não se restrinja apenas à graduação, mas também à pós-graduação, consolidando-se, assim, a ampliação das cotas raciais na pós-graduação em Educação em 2023.

Palavras-chave: Política educacional. Ações afirmativas. Cotas raciais.

RECENT STRUGGLES FOR THE IMPLEMENTATION OF AFFIRMATIVE ACTION WITH A RACIAL FOCUS AT UFPB

ABSTRACT

Education has always been a pressing demand of the Black population as a sociopolitical issue for formal and informal educational spaces. Thus, this research focused on higher education for the Black population in the implementation of racially sensitive affirmative action programs based on the Racial Quotas Law. This study aimed to analyze the implementation of racially-sensitive affirmative action at the Federal University of Paraíba. The research was qualitative, dialectical, and exploratory, focusing on the distinction between educational policies and the education of ethnic-racial relations. The analysis procedure was historical-dialectical materialism. We identified the dialectical category "possibility-reality," discussing the contradictions between the proclaimed and the silenced discourse for analyzing the results. Therefore, the act of resistance of the population and the Black Movement nationally and in Paraíba intensifies the spirit of justice to keep alive the memory, legacy, and achievements of racially focused public policies. The analysis procedure was historical-dialectical materialism. We identified the dialectical category "possibility-reality," discussing the contradictions between the proclaimed and the silenced discourse for analyzing the results. Therefore, the act of resistance of the population and the Black Movement nationally and in Paraíba intensifies the spirit of justice to keep alive the memory, legacy, and achievements of racially focused public policies.

Keywords: Educational policy. Affirmative action. Racial quotas.

LAS RECIENTES LUCHAS POR LA IMPLEMENTACIÓN DE ACCIONES AFIRMATIVAS CON ENFOQUE RACIAL EN LA UFPB

RESUMEN

La educación siempre ha sido una demanda apremiante de la población negra como un problema sociopolítico para los espacios educativos formales e informales. Por ello, esta investigación se centró en la educación superior para la población negra en la implementación de programas de acción afirmativa con sensibilidad racial, basados en la Ley de Cuotas Raciales. Este estudio tuvo como objetivo analizar la implementación de medidas de acción afirmativa con sensibilidad racial en la Universidad Federal de Paraíba. La investigación fue cualitativa, dialéctica y exploratoria, centrándose en la distinción entre las políticas educativas y la educación sobre las relaciones étnico-raciales. El procedimiento de análisis fue el materialismo histórico-dialéctico. Identificamos la categoría dialéctica "posibilidad-realidad", discutiendo las contradicciones entre el discurso proclamado y el silenciado para analizar los resultados. Por lo tanto, la resistencia de la población y del Movimiento Negro, tanto a nivel nacional como en Paraíba, intensifica el espíritu de justicia para mantener viva la memoria, el legado y los logros de las políticas públicas con enfoque racial. Así, la reparación histórica y los derechos en el área de la educación para la población negra es relevante para la reconstrucción y construcción de una historia negra brasileña y es por eso que en la Universidad Federal de Paraíba la demanda es una constante por la garantía de acceso, permanencia y culminación no sólo en los estudios de pregrado, sino también en los de posgrado y así se consolidó en 2023 la ampliación de cuotas raciales en los estudios de posgrado en educación.

Palabras clave: Política educativa. Acciones afirmativas. Cuotas raciales.

INTRODUÇÃO

A educação sempre esteve presente como reivindicação da população negra, constituindo uma pauta sociopolítica voltada tanto para espaços educacionais formais quanto

não formais. Desse modo, esta pesquisa teve como tema central a educação superior para a população negra, com foco na implementação das ações afirmativas de recorte raciais, pois a partir da Lei de Cotas Raciais, ampliaram-se as discussões e pesquisas sobre a permanência e a conclusão da graduação por parte da população negra.

No ano de 2001, ocorreu a III Conferência Mundial em Durban, na África do Sul, coordenada pela Organização das Nações Unidas (ONU) contra o Racismo e a Discriminação Racial. De forma inovadora, foi organizada uma agenda orientada para a ação do combate a todas as formas de racismo e discriminação racial, constituindo-se um marco na história por reunir representantes mundiais para comprometerem-se em seus países na atuação e criação de mecanismos para combater e exterminar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância.

O Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, tendo como objetivo principal reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra (Brasil, 2003).

O advento das cotas raciais deu início a uma enorme transformação nas universidades brasileiras a partir do ano de 2001, momento em que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro criaram cotas raciais para a população negra nos seus processos seletivos, após um ano em que o vestibular de ingresso reservou vagas para estudantes oriundos de escolas públicas. As cotas, em seguida, se propagaram para quase todas as universidades públicas do país. No ano de 2003, a UnB aprovou a criação das cotas raciais numa iniciativa inovadora e inédita entre as Universidades Federais. A Lei nº 12.711 foi implementada somente no ano de 2012, passando a ser conhecida como a “Lei de Cotas”, e em sua configuração esse regimento não tem um caráter exclusivamente racial.

A universidade, de acordo com Marilena Chauí (2003, p. 5), é uma “instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. A autora complementa, em relação à universidade estar inserida na sociedade: “tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade” (Chauí, 2003, p. 5).

Os conhecimentos produzidos pela população negra podem dar existência a importantes fontes de investigação para a realização de pesquisas no campo temático das relações raciais, porém esses conhecimentos ainda são silenciados e invisibilizados. Por isso, o Movimento Negro e o das Mulheres Negras são impulsionados em dar corpo e visibilidade às vozes e

discursos ausentes na sociedade, trazendo à tona nomes e personagens negros da história brasileira. Essa é uma estratégia para o processo de mudança de atitudes e valores no reconhecimento da participação do movimento negro na história e na sua contribuição de forma decisiva na implementação das políticas sociais e educacionais com o recorte racial, dentre elas as políticas de inclusão e de políticas de reparação.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de implementação das ações afirmativas com o recorte racial na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Como objetivos específicos, buscou-se pesquisar a ação do Movimento Negro Paraibano no município de João Pessoa/PB e na Universidade Federal da Paraíba; descrever a participação do Movimento Negro Paraibano, da sociedade civil e dos estudantes no processo de elaboração e implementação das cotas raciais na Universidade Federal da Paraíba; e analisar a ampliação das cotas raciais na pós-graduação em educação na Universidade Federal da Paraíba.

Portanto, como ato de resistência da população negra, se intensificaram o espírito de justiça para manter viva a memória, o legado e as conquistas das políticas públicas. Com o aumento da população negra na educação superior e da ampliação das discussões sobre as questões étnico-raciais, foi detectado que garantir o acesso não é suficiente para o êxito acadêmico. Devido a esse fato, estão sendo intensificadas pesquisas para que sejam ampliadas e criadas políticas públicas para garantir a permanência, a conclusão da graduação e a inserção no mercado de trabalho para as pessoas negras.

1.1 Caminhos Metodológicos

Esta pesquisa alinha-se à perspectiva discutida por autores/as da epistemologia qualitativa, para quem este método é fundamental para a compreensão aprofundada de fenômenos sociais complexos, permitindo captar as nuances e contradições inerentes aos processos investigados. A natureza do objeto de estudo – analisar a implementação de políticas de ação afirmativa – exige um olhar que vá além dos números, penetrando no tecido social, histórico e político que constitui essa realidade.

1.2 Abordagem de pesquisa e procedimentos gerais

O paradigma analítico eleito é o **materialismo histórico-dialético**, que fornece as lentes para examinar as relações de força, as contradições e a dinâmica de transformação presentes na trajetória das cotas raciais na UFPB. A categoria dialética “possibilidade-realidade” será

mobilizada para tensionar o discurso proclamado nos documentos oficiais e as realidades, por vezes silenciadas, vivenciadas pelos atores sociais envolvidos, como o Movimento Negro Paraibano, estudantes e a administração universitária. O caráter exploratório da investigação justifica-se pela relativa novidade do tema, especialmente no que tange à ampliação das cotas para a pós-graduação, exigindo um mapeamento detalhado e uma análise crítica do processo.

O corpus desta pesquisa será composto por um conjunto de **documentos oficiais e registros institucionais** que, em conjunto, formam a espinha dorsal para a reconstituição e análise do processo de implementação e ampliação das ações afirmativas na UFPB. A seleção desses documentos parte do pressuposto de que eles materializam decisões, disputas e consensos, funcionando como fontes primárias essenciais: resoluções do Conselho Superior (CONSUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UFPB, que instituíram e regulamentaram a política de cotas raciais na graduação e pós-graduação; atas de reuniões do CONSUNI, CEPE e possíveis comissões especiais criadas para tratar das ações afirmativas (período 2003-2025); relatórios de gestão da Reitoria; relatórios do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras e Indígenas (NEABI); censos da própria universidade sobre perfil discente.

1.3 Recorte temporal: 2003-2025

O recorte temporal proposto, de **2003 a 2025**, foi estrategicamente delimitado para abranger o ciclo completo de discussão, implementação e consolidação das ações afirmativas na UFPB. O marco inicial, **2003**, coincide com o intenso debate nacional sobre ações afirmativas, impulsionado pelas políticas do governo federal e pela pressão dos movimentos sociais, que inevitavelmente ecoaram na Paraíba e na UFPB. Esse período permite capturar os primórdios da mobilização do Movimento Negro Paraibano na universidade.

Já o marco final, **2025**, posiciona a pesquisa em um contexto de prospecção e avaliação de tendências. Considerando que a produção e divulgação de documentos institucionais podem ter um fluxo contínuo, estabelecer este limite temporal estendido permite à pesquisa analisar os desdobramentos mais recentes da política, incluindo possíveis revisões, expansões ou novos desafios identificados no período pós-implementação, assegurando a contemporaneidade e relevância da investigação.

1.4 Critérios de inclusão e exclusão dos documentos

Para garantir o rigor científico na seleção do material, foram estabelecidos critérios sistemáticos de inclusão e exclusão. Esses critérios são fundamentais para afunilar a busca em meio a um volume potencialmente grande de documentos, assegurando que apenas os materiais mais pertinentes aos objetivos da pesquisa sejam analisados. Eles funcionam como um filtro que direciona a investigação para o foco central do estudo.

Assim, os critérios de inclusão foram: (1) Documentos oficiais da UFPB (editais, resoluções, atas, relatórios) que mencionem explicitamente “ações afirmativas”, “cotas raciais”, “cotas étnico-raciais”, “políticas de permanência” ou “NEABI”; (2) Documentos produzidos no período compreendido entre 1º de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2025; (3) Documentos que detalhem as regras, os debates e os resultados das políticas de cotas para a população negra, tanto na graduação quanto na pós-graduação, com ênfase nesta última, especialmente na área de Educação, disponíveis em formato físico ou on-line por meio de canais institucionais da UFPB.

Nesse prisma, os critérios de exclusão foram: (1) Documentos da UFPB que tratem de políticas de ação afirmativa para outros grupos sem fazer qualquer menção ao recorte racial; (2) Documentos produzidos fora do recorte temporal estabelecido; (3) Documentos midiáticos (como notícias de jornal) ou publicações em redes sociais, que, embora possam ser úteis para outros fins, não são o foco do *corpus* de documentos oficiais desta análise e (4) Documentos dos quais seja possível acessar apenas fragmentos ou resumos, sem o conteúdo integral.

1.5 Método de Análise

A análise dos dados será conduzida por meio da integração de duas abordagens complementares: a análise documental e a análise temática. A análise documental será o procedimento inicial, tratando os documentos não como meras fontes de informação, mas como objetos de investigação em si mesmos. Será realizada uma leitura crítica e contextualizada de cada documento, buscando compreender seu propósito, seu contexto de produção e seus silêncios. Essa etapa permitirá a reconstituição factual e cronológica do processo.

Em seguida, a análise temática será aplicada para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro do conjunto documental. O processo seguirá as etapas propostas por teóricos da pesquisa qualitativa, que incluem a familiarização com os dados, a geração de códigos iniciais, a busca por temas, a revisão e o refinamento dos temas e a produção do relatório analítico final.

A partir da leitura exaustiva, temas como “a atuação do Movimento Negro nos documentos”, “as contradições no discurso institucional”, “a evolução dos critérios de autodeclaração e heteroidentificação” e “os desafios da permanência” emergirão organicamente do material.

A conjugação desses dois métodos – um mais focado na materialidade e contexto do documento, e outro na organização do conteúdo em temas significativos –, sob a orientação do materialismo histórico-dialético, permitirá uma análise robusta que responde plenamente aos objetivos propostos, iluminando as possibilidades e realidades que marcam a trajetória das cotas raciais na Universidade Federal da Paraíba.

2 “O MOVIMENTO NEGRO EM AÇÃO” PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFPB

Após a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, no cenário brasileiro, na Paraíba, a população negra de João Pessoa estava atenta às informações resultantes da negritude brasileira. Com isso, “viviam imaginando o dia de poder construir, na Paraíba, um grupo de militância negra” (Silva, 1998, p. 40), pois

[...] a discriminação no estado era ainda mais velada que no vizinho Pernambuco (“os negros na Paraíba não aparecem nem nas pesquisas oficiais”), depois, porque muitos haviam sido convidados para participar dos foros nacionais e, ainda assim tinham dificuldade de articular questões da negritude no geral, sobre a temática em questão (Silva, 1998, p. 39).

No mesmo ano da fundação do MNU no cenário nacional, a cidade de Recife deu um passo à frente e o instalou no estado. Em 1978, Adalberto Conceição da Silva (atualmente conhecido por Mestre Zumbi Bahia), a convite do Tenente Lucena, veio para João Pessoa para realizar apresentações parafolclóricas e oficinas de Capoeira no Serviço Social do Comércio. Dentre seus alunos de Capoeira, estavam Pássaro Preto, da família Carvalho, Mestre Sabiá, Marconildo (Quebra Barreira), Rogério (Corisco), entre outros.

A convite de Zumbi Bahia, a família Carvalho começou a frequentar as reuniões do MNU em Recife/PE. Os primeiros contatos se deram por meio das rodas de Capoeira, das quais Pássaro Preto, da família Carvalho, participava com frequência, entretanto, antes disso, a família Carvalho já possuía uma ação ativa de militância nas causas raciais na cidade de João Pessoa, iniciada pela matriarca da família, juntamente com Gilvandro Carvalho, seu filho.

O ano de 1979 foi um marco para a cidade de João Pessoa e para a população negra

paraibana devido à pressão vivenciada em Recife para criar o movimento negro. “No final de 1979, nas comemorações de aniversário de um ano do MNU-PE, negros de João Pessoa [da família carvalho] foram para Recife e de lá voltaram com uma determinação: **fundar um movimento negro na cidade**” (Silva, 1998, p. 41, grifos nossos).

Era o tempo certo das coisas, pois já se tinha fugido demais das responsabilidades que eram nossa: o pessoal de João Pessoa já havia participado de tudo quanto era reunião, “como observador”, já tinha “tarimba” suficiente e, também o pessoal de Recife já estava cansado da nossa “observação”... Não havia mais do que fugir: era assumir, e assumimos! (Silva, 1998, p. 41).

Após a participação da Família Carvalho como observadora em diversas reuniões do Movimento Negro Unificado de Recife, e diante da crescente pressão desse movimento para que organizasse uma iniciativa semelhante na Paraíba, o grupo acabou assumindo o compromisso de fundar um movimento negro no estado. Em 1979, começaram as primeiras tentativas de reuniões para formação de um grupo de Movimento Negro Unificado na Paraíba. E nessa gênese “havia as influências das pessoas do MNU-PB; havia as “desconfianças” dos intelectuais da cidade e uma extrema e baixa estima entre os negros e negras locais” (Silva, 1998, p. 41).

O marco do Movimento Negro de João Pessoa (MNJP) tem início em “abril de 1979, na casa da família negra, no bairro de Jaguaribe em João Pessoa dos irmãos Vandinho de Carvalho, Tutu de Carvalho, Gilvanice de Carvalho e Gerson Filho” (Silva, 2023). Em, 1980, o cenário para o MNU-PB foi sendo modificado, inicialmente ainda com “uns gatos pingados” (Silva, 1998), mas a continuação dos encontros proporcionou a expansão de integrantes, bem como o aprimoramento dos conhecimentos sobre a negritude (Silva, 1998). Assim, inicialmente composto por poucas pessoas, o número de participantes do grupo foi-se ampliando. Além de Vandinho, Tutu, João Balula, foram se chegando “Regina Santos, Raquel, Socorro Freitas, Nicinha de Carvalho, Paula Frassinete, entre outras pessoas que ficavam de namoro com o objetivo” (Silva, 1998, p. 41).

A origem do Movimento Negro na Paraíba está relacionada com a Universidade Federal da Paraíba, pois os encontros ocorriam todas as sextas-feiras em uma sala do antigo Departamento de Artes Cênicas. Além disso,

eram realizadas sessões de estudo-dirigido sobre história do Brasil, escravidão, abolicionismo, movimentos de resistência e desenvolviam pequenos programas (vídeos, palestras, debates) voltados ao público da UFPB [...] até porque, todos os canais de divulgação que se imaginava atingir se faziam presentes àquele universo universitário (Silva, 1998, p. 42).

Uma das ações do movimento negro paraibano para a conscientização das pessoas negras foram de repassar

[...] aos colegas negros e negras toda uma documentação interessante, recebido dos movimentos do país (através de Vandinho), na esperança de que o grupo inchasse aos poucos: espalhavam Cartas-Abertas pelos espaços da universidade, dos bares culturais, dos teatros e cine-arte, além da natural distribuição pelas ruas de pique da cidade (Silva, 1998, p. 42).

Mas, mesmo com essa intencionalidade de provocar a reflexão e a atitude de mudança das pessoas negras, e da população paraibana, o movimento negro percebeu que “criavam evidentemente espaços de polêmicas ‘pra que *Movimento Negro*, se não existe um *Movimento Branco*?’ ‘vocês estão querendo refazer racismo – às – avessas!’” (Silva, 1998, p. 42). Eram os comentários ouvidos pelo movimento em seu ato de mobilização.

Em 1985, o Movimento Negro de João Pessoa sai de dentro dos muros da UFPB por questões de logística – além da reclamação de que o movimento estava se tornando “um grupo de elite”. Desse modo, Silva (1998, p. 42) nos explica esse processo:

Por volta de 1985, entabulamos negociações com a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP), para que nos cedesse asilo de militância na sua rede. Nesse interim, já havíamos esgotado as possibilidades de avançar nos objetivos, devido a localização da UFPB, que todos reclamavam de estar fora do perímetro central da cidade e de o *MOVIMENTO NEGRO DE JOÃO PESSOA-MNPJ* estar se configurando “um grupo de elite” (às vezes muita gente não tinha nem vale-transporte para ir às reuniões).

Com a saída da UFPB, o Movimento Negro de João Pessoa ganhou a calçada da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba para realizar as suas reuniões. Acerca disso, Silva (1998, p. 43) ressalta: “ganhamos a calçada daquela associação para nos reunirmos: até hoje ainda não apareceu quem explicasse ‘o porquê’ – tudo lá era vasto, com tanto espaço sem utilização [...] aceitamos, e passamos bons cinco anos, com reunião todo sábado, no finalzinho das tardes”. Porém, devido ao lugar inusitado para realização dos encontros, o Movimento foi tomando corpo pela cidade, novos integrantes foram chegando e as parcerias

com as instituições do Estado foram sendo ampliadas. Isso contribuiu para que o movimento tivesse visibilidade além de João Pessoa, o que ocorreu por meio de palestras, seminários, debates, cursos de formação e dos projetos (Silva, 1998).

Após um período de intensa efervescência do Movimento Negro de João Pessoa, que se destacou em diversas frentes de atuação entre 1985 e 1989, ao final desse ano,

hávamos chegado ao nosso ápice: talvez pelo volume de coisas que estávamos a fazer, talvez pela simples “falta de saco” que assolava as Entidades do País; o fato é que começamos a entrar numa crise-sem- volta, e quando veio março de 1990, o grupo, o *Movimento Negro de João Pessoa* já era uma entidade com seus membros todos cansados de tanto tentar. Houve a nossa primeira e única parada-brusca!!! (Silva, 1998, p. 43).

A autora complementa:

os membros-integrantes foram se afastando; a nossa representação foi diminuindo; o “fim do nosso tempo” chegou naquele ano. Deixamos de existir. Não adiantava remar contra a maré. E como registro da atuação do Movimento Negro de João Pessoa ficaram as pesquisas desenvolvidas na universidade, o serviço prestado a sociedade para então, marcar na história com a “curta e providencial passagem pelo planeta Terra” (Silva, 1998, p. 43).

Mesmo após o desmembramento do “Movimento Negro de João Pessoa” (o grupo iniciado na década de 1980), o início da década de 1990 marcou de forma expressiva a mobilização por meio do Movimento Negro na Paraíba (MNPB) para unir os grupos que ficaram dispersos do MNJP. Isso contribuiu para alcançar novas áreas geográficas da Paraíba. Dentro do Movimento Negro na Paraíba, contava-se com a ação articuladora de João Balula, considerado um líder nato, um militante feroz na causa da população negra. Os frutos de suas ações reverberam até a atualidade.

Mas quem foram João Babula e João Silva de Carvalho Filho, nomes tão mencionados, mas sobre os quais há tão poucos registros de seu legado? A memória e a história de João Balula parecem ganhar forma como uma narrativa de um mestre griô – evocada com respeito e encantamento, sempre remetendo a um passado que soa distante. No entanto, a cidade de João Pessoa ainda respira Balula: ao ouvirmos mestras e mestres griôs da Paraíba falarem sobre seu legado, é impossível não perceber o brilho nos olhos e o sorriso que brota em cada um e cada uma.

Figura 1– João Balula



Fonte: Ramos (2021).

João Balula, militante negro das causas sociais, raciais e culturais, estava em todos os cantos e todos os cantos nele se faziam presente. A cultura popular era seu ponto forte, ao som da bateria (no período do carnaval) que vem do bairro da Torre, som este que ecoa pelo bairro do Castelo Branco trazendo a memória de Balula, haja vista que foi um exímio amante do Carnaval Tradição de João Pessoa. Na arte, se fazia presente na Federação Paraibana de Teatro Amador, bem como no Candomblé e no Movimento Negro, sendo considerado o Príncipe Negro.

Um dos poucos documentos ainda restantes escritos por João Balula, intitulado “Um recado contra o racismo”, faz um alerta para a população negra sobre o racismo:

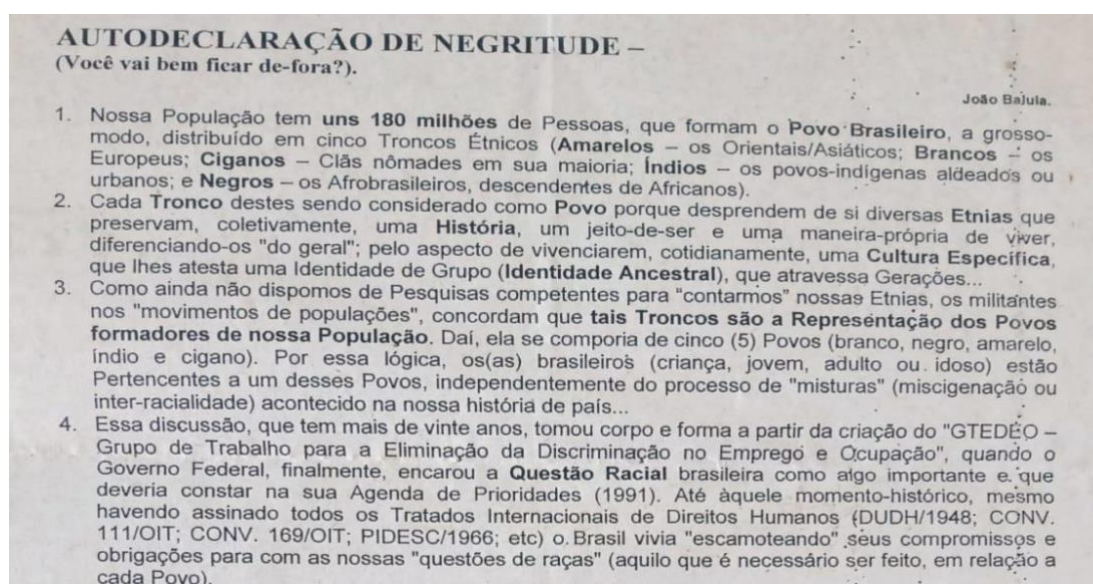
Não espere dos Negros e Negras que estes mudem à sua maneira de encarar o mundo, se você não mudou a sua maneira de encarar o Povo Negro!
Não exija dos Negros e Negras que estes sejam "dóceis", "servís", "pacatos"; ou "coniventes"; com as coisas do seu mundo, se as suas atitudes para com o Povo Negro são de preconceito, de discriminação e de racismo!
Não queira que Negros e Negras digam "sim"; enquanto você lhes diz "não"; - em todas as coisas que almejam para as suas vidas! ZUMBI DOS PALMARES nos deu esta CONSCIÊNCIA NEGRA: você não vai querer que a gente desista de tudo, somente porque você não gosta de Negros!!!
Isto é um problema seu!
Nossa NEGRITUDE é a base do sentimento e do desejo de humanidade. Mas você prefere acreditar que somos os responsáveis pelas mazelas do mundo...
Não precisamos que você seja "como nós": temos tantas felicidades, com a nossa Negritude, que podemos até dividi-las com você, na hora em que precisar!
Antes de querer que a gente fique "do seu jeito", lembre-se que desde o começo da humanidade temos o nosso próprio jeito de ser! E isto não é um problema seu...! (João Balula, 2006).

Assim como em sua vida, forte nas ações, também podemos observar que na escrita essa atitude se mantinha, pois Balula era firme e direto nas suas mensagens, que por onde passavam deixavam suas sementes. No Movimento Negro, surgiu como uma liderança nata e incontestável e de uma percepção articuladora, pois conseguia unir o Movimento Negro à Universidade, à Capoeira, às pessoas das religiões de matriz africana, artistas da cultura popular para a ação política e assim foi fazendo história e deixando seu legado.

Balula, sempre ousado, escreveu a *Autodeclaração de Negritude* em um período de intensa efervescência das cotas raciais na UFPB, e, por que não dizer, também na própria cidade de João Pessoa. Onde quer que estivesse, João Balula deixava sua marca. Pelos relatos orais de quem conviveu com ele, como a professora Ana Paula Romão, a Mestra Malu, o Mestre Dário e tantas outras pessoas, sua presença marcante continua viva na memória e na voz de cada um e cada uma.

A relevância da autodeclaração étnico-racial para a população negra está envolvida em um processo histórico de séculos de negação e inferiorização da população africana e afro-brasileira. Em recorte de seu texto *Autodeclaração de negritude*, explica a função política, social e histórica da autodeclaração étnico-racial:

Figura 2 – “Autodeclaração de negritude” – João Balula



Fonte: Arquivo Pessoal (2023).

No seu texto, João Balula é explicativo e provocativo, promovendo uma reflexão sobre a importância da autodeclaração de pertencimento racial. Portanto, um texto científico com

dados estatísticos, informativos e históricos que abordam as principais políticas públicas de cunho racial e fatos históricos que envolvem a população negra.

No dia 21 de fevereiro de 2008, o silêncio ecoou na cidade de João Pessoa. A alegria e a irreverência de João Balula se calaram aos 48 anos de idade. Em uma última homenagem, seu corpo foi conduzido pela viatura do Corpo de Bombeiros pelas ruas da capital paraibana. Deixamos essa reflexão da intelectual negra Dra. Socorro Pimentel Silva (1998, p. 45):

A caminhada é espinhosa, cheia de altos e baixos, porém buscamos contribuir na perspectiva de uma sociedade que respeite e dê oportunidade igual às diferenças étnicas e de gênero. Na busca de parcerias dignas com os antigos militantes do Movimento Negro, desenvolver políticas que sejam operacionais, objetivando uma sociedade menos nociva àqueles e àquelas que fazem com dignidade, luta e garra este país, cujos direitos lhe são negados enquanto pessoa, enquanto profissional.

Após essas palavras que nos instigam, mas que também nos colocam para refletir, foi dada a continuidade à luta do movimento negro paraibano juntamente com a sociedade civil, movimentos sociais, docentes e estudantes para a implementação das cotas raciais na UFPB.

3 “A LUTA DE ZUMBI DOS PALMARES NÃO ACABOU”: AMPLIAÇÃO DAS COTAS RACIAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA UFPB

No processo para a implementação das cotas na Universidade Federal da Paraíba, em 2003, o Movimento Negro, os Movimentos Sociais do campo e da cidade, docentes, discentes e funcionários da UFPB em articulação realizaram dois seminários para abordar a implementação das cotas raciais na UFPB.

Costa (2012) apresenta que, em 2007, na UFPB, foi realizado o Seminário “A luta de Zumbi dos Palmares não acabou: políticas de Educação, Cultura e Arte Afro-brasileira”, coordenado pelo “Núcleo de Artes-Afro, Estudos em Educação popular e Inclusão Social (AFRO-NAEEPIS), que possuía seu núcleo de pesquisadores composto por pesquisadores vinculados à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)” (Costa, 2012, p. 81).

O Núcleo de Artes-Afro, Estudos em Educação Popular e Inclusão Social (AFRO-NAEEPIS) foi o nome provisório do Afro-Educação, fundado por Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira, Wilson Aragão, Solange Cavalcante e Valmir Alcântara (Bodô), com vistas a contribuir nos processos formativos étnico-raciais e nas ações desenvolvidas dentro da

universidade bem como junto à sociedade, com o conhecimento e saberes de cada um e nos espaços em que estavam inseridos, proporcionando uma articulação entre os saberes populares e os saberes científicos.

A construção do seminário “A luta de Zumbi dos Palmares não acabou: Políticas de Educação, Cultura e Arte Afro-brasileira” tinha como objetivo construir estratégias educacionais “que visassem o reconhecimento da diversidade e a implementação de uma pedagogia antirracista, promovendo a equidade racial com responsabilidade de todos os educadores, independentemente de seu pertencimento racial” (Costa, 2012, p. 82). O evento contou com a presença do professor Kabenguelê Munanga para os debates a respeito das cotas na UFPB.

No seminário, se fizeram presentes o grupo de Capoeira Angola Palmares, o Grupo NH3 Novo Horizonte Hip-Hop, vários integrantes do Movimento Negro, comunidades de terreiros das religiões afro-brasileiras, como explanado por Fonseca e Rocha (2010, p. 194):

Na Paraíba, o Movimento Negro local presidido por João Balula, comunidades de terreiros das religiões afro-indígenas-brasileiras representadas por Ialorixás e Babalorixás, quilombolas, organizações não-governamentais voltadas para o combate ao racismo, grupos de Hip Hop e Departamentos de instituições de ensino superior através de realizações de encontros, ações em escolas, diálogos com gestores públicos faziam o papel de ator político sensibilizando e conclamando a sociedade paraibana na necessidade de reafirmar a identidade negra e de implantar as políticas de ação afirmativa.

Observamos a ação articuladora de João Balula por conseguir unir em prol de um objetivo comum vários setores que envolvem a população negra para debater e lutar pelas ações afirmativas na UFPB. Para tanto, um novo Seminário foi realizado para a discussão das cotas raciais:

retomará as discussões iniciais em 2007 com um objetivo evidente: não havia mais o que esperar, a decisão sobre as cotas deveria ser tomada desde já e a universidade não poderia assumir um posicionamento inerte sobre a desigualdade étnico-racial no acesso ao ensino superior paraibano (Costa, 2012, p. 97).

Após quase uma década de mobilização dentro e fora da UFPB, alguns avanços ocorreram e houve a conquista da implementação das cotas no ano de 2010 na referida Universidade, conforme Costa (2017, p. 106):

O primeiro passo em favor da democratização do acesso à universidade pública em termos de Paraíba foi dado com a aprovação das cotas em 2010, embora esse seja apenas um passo da longa caminhada que devemos dar no sentido da transformação de pré-conceitos com relação a figura do negro, sua representatividade no ensino superior e consequentemente, sua esperada mobilidade social. Aprovado o acesso, a luta agora consiste na permanência com qualidade.

A aprovação das cotas na UFPB, em 2010, foi um marco histórico e político nas instituições de ensino superior na Paraíba. Principalmente “pelo fato de adotar cotas com recorte étnico-racial, já que nenhuma outra instituição paraibana o havia feito ainda, mesmo contrariando o que acontecia em âmbito nacional” (Costa, 2017, p. 78).

Importante registrar uma linha do tempo sobre o processo de conquista das cotas na UFPB, após 2012, quando houve a aprovação nacional:

Quadro 1 – Marco normativo das cotas na UFPB

ANO	Marco Normativo	Descrição e Impacto
2012	Lei Federal nº 12.711/2012 (Lei de Cotas)	Estabeleceu o sistema de cotas sociais e raciais para o ingresso em todas as universidades e institutos federais, criando as bases legais para a política na UFPB.
2016	Resolução UFPB nº 58/2016	Marco institucional interno. Determinou a reserva de 20% a 50% das vagas dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (mestrado e doutorado) para ações afirmativas, assegurando vagas para população negra, povos indígenas, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência.
2020	Reafirmação da Autonomia Universitária	Após a revogação da portaria normativa do MEC sobre cotas na pós-graduação, a UFPB publicou nota reafirmando a validade de sua Resolução 58/2016, sustentada pela autonomia universitária, garantindo a continuidade da política.
2024 (abril)	Discussão sobre Cotas para Povos Ciganos	A UFPB participou de comissão interinstitucional para discutir a criação de políticas de cotas para povos ciganos nos cursos de graduação, indicando uma potencial expansão dos grupos beneficiados.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2025).

A contribuição do antropólogo Kabengele Munanga oferece uma fundamentação acadêmica crucial para as ações afirmativas. Para ele, as cotas são um mecanismo de correção de um “quadro gritante de discriminação” no Brasil, um país que, apesar do mito da democracia racial, apresenta indicadores de acesso ao ensino superior para a população negra

historicamente piores até que os da África do Sul do Apartheid. Munanga rebate com veemência os argumentos contrários às cotas: ele demonstra que a experiência brasileira desmente a previsão de que as políticas raciais gerariam um “racismo ao contrário” ou conflitos raciais, destacando que os programas foram bem aceitos pela sociedade e resultaram em um número de diplomados negros e indígenas jamais visto no século anterior. Sua defesa da constitucionalidade das cotas como políticas de integração social e sua trajetória de mais de três décadas dedicadas à formação de pesquisadores negros e à produção de reflexões sobre as relações raciais no Brasil sustentam o pesquisador com sólidos argumentos para contrapor visões preconceituosas e compreender a ação afirmativa como um interesse nacional.

O pensamento da filósofa e ativista Sueli Carneiro (2008) fornece a chave para interpretar a resistência às cotas na UFPB, revelando a dimensão política e ideológica por trás dos discursos contrários. Em sua análise, “o melhor das cotas” é a sua capacidade de “tirar as máscaras do racismo” e da discriminação racial, expondo a verdadeira natureza dessas ideologias: a legitimação de privilégios raciais e sociais. Ela identifica e desmonta os principais argumentos da oposição, que vão desde a suposta violação do princípio da isonomia e do mérito até o obscurecimento da desigualdade estrutural pela pobreza e a negação da identidade negra no país da “mestiçagem”. Carneiro (2008) demonstra como esses discursos, acionados para preservar o monopólio histórico de oportunidades, colaboram para colocar a “pá de cal no velho mito da democracia racial”, forçando o racismo brasileiro a abandonar sua hipócrita “cordialidade”. Esta perspectiva é vital para analisar as contradições e os silêncios nos documentos institucionais, entendendo a implementação das cotas não como uma concessão, mas como uma conquista frente a uma estrutura de privilégios.

Em 2009, ocorreu a institucionalização do curso de Licenciatura em Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo através Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), na UFPB, Campus I. Na oportunidade, a docente Dra. Ana Paula Romão foi convidada para elaborar a ementa da disciplina da Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Ofertada como disciplina optativa, esta disciplina ainda permanece nessa modalidade na grade curricular do curso, sendo disponibilizada pelo Departamento de Habilitações Pedagógicas, ministrada no Campus I pelas professoras Ana Paula Romão e Surya Pombo.

O passado e o futuro estão intercalados com o presente, e mesmo após 13 anos da implementação das cotas sociorraciais na UFPB, o programa de Pós-Graduação em Educação

constantemente tem se mobilizado para a ampliação das cotas, pois foi somente a partir do edital de 2021 que o programa conseguiu destinar vagas para cotistas raciais.

A partir da qualificação da dissertação intitulada “Educação e racismo institucional: a (in)visibilidade do movimento negro na elaboração e implementação das políticas educacionais para a educação superior na UFPB”, em 2023, iniciou-se a discussão sobre a ampliação das cotas sociorraciais no Programa de Pós-Graduação de Educação *stricto sensu* da UFPB. Na ocasião da qualificação, estiveram presentes a Profa. Dra. Ana Paula Romão – docente da UFPB, Campus I –, a Dra. Janine Marta, o Mestre Dário, a Mestre Malu – integrante do grupo de Capoeira Angola Palmares, do bairro do Róger, em João Pessoa –, o coordenador do PPGE/UFPB, o Prof. Dr. Jorge Hermida, a Profa. Anna Paula Balbino, a assistente social Vania Santos e a Mestre Daniele N. Leandro. Após a apresentação da qualificação, o coordenador apresentou a proposta do PPGE/UFPB para a ampliação das cotas sociorraciais, destacando que seria importante a participação do Movimento Negro para fortalecer e debater a proposta para consolidar a ampliação das cotas no edital de 2023. A atitude do coordenador demonstrou um avanço e um marco histórico na UFPB e no programa de Pós-Graduação em Educação, pois possibilitou estreitar os laços entre a UFPB e o Movimento Negro da Paraíba.

Os responsáveis pela articulação entre a Universidade, o movimento negro paraibano e a sociedade civil foram a Mestre Malu e o Mestre Dário, ambos pertencentes ao Grupo de Capoeira Angola Palmares, do bairro do Róger, além da Profa. Dra. Ana Paula Romão. Essa articulação foi importante para iniciar o processo de debates para ampliação das cotas sociorraciais e para propor a política de permanência para os cotistas a partir do ingresso na pós-graduação.

No primeiro encontro para dar início à construção da aliança entre a Universidade Federal da Paraíba, o Movimento Negro Paraibano e a sociedade civil com vistas à ampliação das cotas sociorraciais no PPGE/UFPB, estiveram presentes representantes e integrantes do Movimento Negro da Paraíba: Vandinho de Carvalho, Socorro Pimentel, Agitar, Marli Soares; Pedro Lobo (povos indígenas); Mestre Dário, Mestre Malu e capoeiristas do Grupo de Capoeira Angola Palmares; Ivonildes Fonseca (ativista negra e vice-reitora da Universidade Estadual da Paraíba); Lucian (Prefeitura de João Pessoa); Professora Regilma (Município de João Pessoa); Fernanda Souza (atriz da cultura popular); integrantes do Diretório Central de Estudantes – DCE-UFPB (gestão OCUPA DCE); professores (as) do Centro de Educação: Ana Paula Romão, Janine Rodrigues, Thais Oliveira, Wilson Aragão; estudantes da graduação e da pós-graduação; Prof. Rondon (vice-coordenador do Centro de Educação); coordenador do PPGE/UFPB e da assessora da deputada Cida Ramos.

Para descrever esse primeiro encontro, nos valeremos das palavras de Lélia Gonzalez (1984, p. 223) ao narrar um acontecimento, em 1984, na publicação de um livro cujo tema central foi a população negra:

[...] Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro criolêu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar juto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursaria deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Teve um hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...Agora, aqui prá nós, que teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes...Agora ta queimada entre os brancos, Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída” [...].

Optamos por trazer a narrativa de Lélia Gonzalez por compreender que ela expressa, a partir das falas das pessoas presentes, reflexões que se estenderam por meses acerca do significado desse primeiro encontro e de seu impacto nos sujeitos, em especial nas pessoas negras. Gonzalez menciona que no lançamento do livro houve brigas, mas em nosso caso não houve briga física, mas foi “armada a quizumba”, como diz Lélia Gonzalez. Dizia-se que, em outros tempos, todos os presentes teriam se retirado, deixando apenas os membros da mesa dialogando entre si. No entanto, por estarmos em um novo contexto, permanecemos, e, dessa vez, eles também precisaram nos ouvir. E dialogando com esses fatos trazemos a reflexão do

educador Paulo Freire (1997). Em *Pedagogia da Esperança*, Freire (1997) narra um fato que ocorreu com ele em uma palestra para familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao final de sua palestra, um operário o questionou sobre a sua fala. Freire (1997, p. 26) assim descreveu esse momento:

“Acabamos de escutar”, começou ele (o operário), “umas palavras bonitas do dr. Paulo Freire. Palavras bonitas mesmo. Bem-ditas. Umas até simples, que a gente entende fácil. Outras mais complicadas, mas deu para entender as coisas mais importantes que elas todas juntas dizem. Agora, eu queria dizer umas coisas ao doutor que acho que os meus companheiros concordam”. Me fitou manso, mas penetrantemente, e perguntou: “Dr. Paulo, o senhor sabe onde a gente mora? O senhor já esteve na casa de um de nós?” Começou então a descrever a geografia precária de suas casas. A escassez de cômodos, os limites ínfimos dos espaços em que os corpos se acotovelam. Falou da falta de recursos para as mais mínimas necessidades. Falou do cansaço do corpo, da impossibilidade dos sonhos com um amanhã melhor. Da proibição que lhes era imposta de ser felizes. De ter esperança.

Após a fala do operário chamando a atenção do educador para a sua realidade, Freire (1997), ao refletir sobre esse acontecimento, explana que o(a) educador(a), ao fazer o seu discurso para o povo, “esteja a par da compreensão do mundo que o povo esteja tendo. Compreensão do mundo que, condicionada pela realidade concreta que em parte a explica, pode começar a mudar através da mudança do concreto” (Freire, 1997, p. 26). Desse modo, Freire apresenta que as famílias entenderam sua palestra, “mas precisavam de que [Freire] os entendesse. Esta é a questão” (Freire, 1997, p. 28).

Portanto, quem estava presente no primeiro encontro das cotas entendeu o que foi dito pela mesa, formada pelos representantes dos professores da pós-graduação, pela vice-reitora da UEPB (a Profa. Dra. Vania Fonseca, que tem uma trajetória de ativismo negro), pelo promotor, pelo vice-coordenador e pela assessora de Cida Ramos. No entanto, era necessário que os(as) integrantes da mesa compreendessem a realidade das pessoas que seriam contempladas com as cotas sociorraciais e dessem, primeiramente, voz ao Movimento Negro – que já vem de um processo histórico de lutas por cotas e por políticas de permanência para a população negra nas universidades e na UFPB e que participou desde a gênese do Movimento Negro na Paraíba, bem como do processo de elaboração e implementação das cotas na UFPB.

Um dos marcos que tivemos do primeiro encontro no programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB foi a aula Inaugural com a ativista negra e atual vice-reitora da Universidade Estadual da Paraíba, a Profa. Dra. Ivonildes Fonseca, com o tema “Direito à educação inclusão

e diversidade” A concretização dessa aula apresenta avanços na relação entre a UFPB, por meio da pós-graduação em Educação e o Movimento Negro da Paraíba, por ser um corpo negro, de uma mulher negra, que atualmente está na vice-reitoria da UEPB, mas que sua trajetória é de ativismo dentro do Movimento Negro e do Movimento das Mulheres Negras na Paraíba. A sua fala foi instigante na aula inaugural no PPGE/UFPB, nos provocando uma inquietação para aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre as políticas de ações afirmativas para a população negra e lutar pela efetivação dessas políticas. Nesse contexto, a Dra. Ivonildes Fonseca tornou-se uma inspiração por ser uma mulher negra, ativista, doutora e que tem galgado espaços de poder. Não podemos deixar de mencionar a Dra. Socorro Pimentel Silva, mulher negra e ativista, doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará e que esteve presente em todos os debates realizados na UFPB.

Após as mobilizações no Centro de Educação, especificamente na Pós-Graduação em Educação pela ampliação das cotas raciais, ficamos no aguardo do lançamento do edital de seleção de 2024 para ver como iriam se materializar os direitos e conquistas. No mês de agosto de 2023, foi publicado o Edital 05/2023 – Seleção PPGE 2024 para a seleção de Mestrado e Doutorado. Para nossa surpresa e indignação, no ato de inscrição, foi solicitada a comprovação de proficiência em língua estrangeira e comprovação de publicação, tais exigências que em editais anteriores não eram solicitados. Assim, para a realização da inscrição neste edital, as seguintes documentações foram acrescentadas:

Comprovante de proficiência em língua estrangeira para candidatos(as) brasileiros(as), sendo uma para o mestrado e duas para o doutorado, com vigência de 60 meses; Para o nível de Mestrado Comprovação de publicação nos últimos 5 anos (julho de 2018 a julho de 2023), na área da Educação de, no mínimo: • Um Artigo em periódico com qualis mínimo B2 Educação; • Ou um Livro técnico- científico; • Ou um capítulo de livro técnico-científico com registro ISBN; • Ou um trabalho completo em anais de eventos regionais, nacionais ou internacionais com ISSN; • Ou um resumo expandido em anais de eventos regionais, nacionais ou internacionais com ISSN; • Ou comprovação de experiência docente na educação básica ou na educação social. Para o nível de doutorado Comprovação de publicações nos últimos 5 anos (julho de 2018 a julho de 2023), na área da Educação de, no mínimo: • Um Artigo em periódico com Qualis mínimo B2 Educação; • Ou um Livro técnico-científico; • Ou um capítulo de livro técnico-científico com registro ISBN; • Ou um trabalho completo em anais de eventos regionais, nacionais ou internacionais com ISSN (UFPB, 2023, p. 4).

Para esse edital foram ofertadas 95 vagas ao total, sendo 52 vagas para o curso de Mestrado e 43 vagas para o curso de Doutorado. Quero destacar para esse edital a ampliação

das cotas, chegando a 50%.

Do total de vagas oferecidas, 50% serão destinadas a ações afirmativas, que corresponde a 26 (vinte e seis) vagas para Mestrado e 22 (vinte e duas) para Doutorado para candidatos autodeclarados, conforme a seguinte distribuição: a) 30% para pretos e/ou pardos; b) 15% para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; c) 5% para pessoa com deficiência (aquelas indicadas no artigo 4º do Decreto no 3.298/99 e suas alterações) (UFPB, 2023, p. 7).

No Edital 05/2023 – Seleção PPGE/UFPB¹ 2024, houve modificações significativas. Foram acrescidas, no ato da inscrição, a proficiência e a produção científica. Como conquista, tivemos a ampliação das cotas de 25% para 50%. Portanto, por ser um processo que ainda está acontecendo, não temos como precisar como isso vai refletir na pós-graduação do PPGE/UFPB e principalmente nas(os) candidatas(os) negras(os). Assim, novas pesquisas são fundamentais para analisar essas modificações nos editais e compreender a conquista da ampliação das cotas para 50% no programa, voltada a candidatos e futuras(os) mestrandas(os) e doutorandas(os) negras e negros. Além disso, é necessário investigar as condições de permanência e de conclusão desses discentes cotistas, de modo a subsidiar reivindicações por ações que garantam sua continuidade e conclusão nos cursos.

Nos editais dos anos de 2024 e 2025, foram mantidas as exigências para a inscrição – sendo solicitadas a proficiência e a produção científica – e manteve-se a garantia dos 50% das cotas. No ano de 2025, foi ofertada pela primeira vez, no programa de Pós-Graduação em Educação, como tópicos especiais na linha de Políticas Educacionais, a disciplina “Relações Raciais e o Movimento Negro educador no Brasil”, ministrada pelo Prof. Dr. Diego dos Santos Reis. A oferta dessa disciplina era uma antiga reivindicação das professoras que lecionam Educação das Relações Étnico-Raciais na Graduação e atuam na Pós-Graduação, sendo finalmente atendida em 2025.

Diante desse cenário, finalizo com o verbo Esperançar, de Paulo Freire, pois “Há uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada uma e de cada um de nós porque não dá para entender a existência humana, e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho”. Assim como Freire, eu “não sou esperançoso [a] por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico” (Freire, 1997, p. 10). Então,

não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança

¹ Acesso em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge/contents/noticias/edital-no-05-2023-selecao-ppge-2024>

o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. **Precisamos da esperança crítica** (Freire, 1997, p. 10, grifos nossos).

Portanto, enquanto necessidade ontológica, “a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (Freire, 1997, p. 11). E a escrevivência dessa última seção nos remete a esse esperançar de Freire, de uma esperança crítica e em ação, mas sem ela não existe a luta. Por isso, “Cabe a nós fazer a história e sermos feitos e refeitos por ela. Somente fazendo a história de maneira diferente é que poderemos colocar um ponto final na fome” (Freire, 1997, p. 53) e em todas as formas de opressão, dentre elas o racismo. E,

como sujeitos capazes de promover mudança, às vezes não percebemos as mudanças que estão ocorrendo. Às vezes não nos damos conta do trabalho de base que fazemos visando a despertar a consciência revolucionária. Às vezes deixamos de reconhecer a importância desse trabalho e o potencial de mudança que a partir dele pode se desenvolver” (Freire, 1997, p. 54).

Assim, termino este trabalho, esta escrevivência da minha história e daquelas e daqueles que vieram antes de mim e chegamos no hoje e muitas vezes não percebemos as mudanças que estão ocorrendo à nossa volta e “do trabalho de base que fazemos visando a despertar a consciência revolucionária” (Freire, 2018, p. 54).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado da Paraíba se destaca pela resistência e luta do seu povo desde o período colonial, pois antes da colonização portuguesa esse território já era habitado pelos povos indígenas. No caminhar da história, as resistências e lutas do povo paraibano vai perpassando pela luta da população negra, nos quilombos e pela luta camponesa, com maior expressividade com as Ligas Camponesas e o Sindicato Rural. Na década de 1980, na efervescência do Sindicato Rural com Margarida Maria Alves, na capital, em João Pessoa, o Movimento Negro vai criando corpo, mas antes já existia no município a ação de pessoas negras e não negras em agremiações e entidades negras de massa que por meio da arte e da cultura popular promoviam a formação política e social de seus integrantes.

No processo histórico e social dos afrodescendentes, as conquistas das políticas públicas com recorte racial não são mais uma reparação tardia daquilo que seus antepassados deixaram

de receber após a abolição em 13 de maio de 1888. São com as políticas educacionais que timidamente tem se tentado reparar essa exclusão, observando no campo acadêmico a ampliação de acesso ao ensino superior de estudantes negros e negras, fortalecendo e reconstruindo o debate sobre raça nesse campo de disputa.

O aumento do ingresso de estudantes negras e negros no ensino superior, embora irrisório pelo quantitativo da população negra na sociedade brasileira, contribuiu para um novo olhar sobre a participação da população negra na construção social, econômica e cultural da sociedade brasileira, trazendo visibilidade a intelectuais negras e negros como referência na produção científica e bem como a pesquisadores não negros, que além de produzirem conhecimento, com o recorte racial, são ativistas em suas práticas cotidianas.

Portanto, a Lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira da educação a ensino superior, junto com a Lei nº 12.711/2012, amplamente conhecida como “Lei de cotas” de 2012, vêm transformando o cenário brasileiro.

A contribuição da educadora Nilma Lino Gomes ilumina a compreensão do papel do Movimento Negro, ator central na trajetória das cotas na UFPB. Segundo sua concepção, na medida em que se organiza e atua, o Movimento Negro gera saberes que educam a toda a sociedade. Um exemplo primordial desse processo foi justamente a luta pela implementação das cotas raciais de inclusão educacional, que, para além do acesso, possibilitou um letramento racial a uma ampla parcela da população. A atuação do Movimento Negro Paraibano, descrita nos objetivos da pesquisa, pode, portanto, ser entendida como uma potente ação educadora. Sua mobilização não só pressionou por mudanças concretas nas normas da universidade, como também forçou a comunidade acadêmica e a sociedade paraibana a refletir sobre suas próprias estruturas racistas, contribuindo para a construção de uma consciência racial crítica na esteira de um movimento educador e mobilizador.

Ao longo desta pesquisa, constatamos que mulheres e homens negros vêm fazendo história e contribuindo significativamente para os cenários político, educacional, econômico, cultural e científico em diversas áreas. Esses sujeitos constroem e deixam um legado para as gerações futuras, valorizando conquistas como a Lei de Cotas, que tem possibilitado o acesso de estudantes negras e negros ao ensino superior. Assim, reconstroem a memória e o legado de um povo historicamente apagado, cujo direito de pesquisar e escrever sobre si mesmo o racismo tentou – e ainda tenta – negar. Entretanto, seguimos resistentes, derrubando os muros erguidos para nos impedir de alcançar espaços e cargos antes reservados apenas às pessoas não negras.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm. Acesso em: 20 set. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. O melhor das cotas. **Portal Geledés**, [S. l.], 1º nov. 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-melhor-das-cotas-por-sueli-carneiro/>. Acesso em:
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 1-15, set./dez. 2003.
- COSTA, N. T. S. **Do debate à implementação**: a versão não oficial da adoção das cotas raciais na UFPB. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- SILVA, M. S. P. **A identidade dos trabalhadores negros na realidade educacional paraibana**. 1998. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.
- SILVA, M. S. P. **Territorialidades negras e parentesco**: uma realidade afroreferenciada em Alagoa Grande-PB. 2022. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.
- RAMOS, I. João Balula. **Paraíba Coletiva**, João Pessoa, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/joao-balula/>. Acesso em: 1º jan. 2024.
- ROCHA, R. F. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social e a sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). **Movimentos sociais e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- UFPB. **Edital de seleção do Programa de Pós-Graduação em Educação nº 05/2023**. 2023. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge/contents/noticias/edital-no-05-2023-selecao-ppge-2024>. Acesso em: 1º jan. 2024.

Histórico Editorial

Submetido: 07 de agosto de 2025.

Publicado: 05 de janeiro de 2026.

Minicurriculo

Daniele do Nascimento Leandro

Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Grupo de pesquisa: Práticas Educativas Griô: cultura, gênero e etnia. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8379-308X>

Contribuição de autoria: Levantamento de dados, escrita e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2738767950507477>.

Ana Paula Romão de Souza Ferreira

Doutora em Educação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Associada I, no Departamento de Habilitações Pedagógicas, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder no Grupo de pesquisa Práticas Educativas Griô: cultura, gênero e etnia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9755-2439>

Contribuição de autoria: Levantamento dos dados, escrita e revisão.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2018294420248088>.

COMO REFERENCIAR – ABNT

LEANDRO, Daniele do Nascimento; FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. As lutas recentes para a implementação das ações afirmativas com o recorte racial na UFPB. **Revista Exitus**, Santarém/PA, e026008, V. 16, n.1., 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2853>

COMO REFERENCIAR - APA

Leandro, D.A., Ferreira, A.P.R.S. (2026). As lutas recentes para a implementação das ações afirmativas com o recorte racial na UFPB. *Revista Exitus*, 16, p.1-25, e026008. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.2853>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.